



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE ATOS REFERENTES AO PROGRAMA NOSSA NATUREZA

Palácio do Planalto
6 de abril

O Programa Nossa Natureza confere prioridade à conservação do nosso patrimônio ecológico.

4 de abril — O Presidente José Sarney anuncia a criação de quatro novas reservas ecológicas no País.

5 de abril — O Governo decide devolver o abaixo-assinado de intelectuais latino-americanos em protesto contra a devastação da Amazônia, divulgado na cidade do México, considerando-o ofensivo.

6 de abril — O Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, admite que o governo pode analisar proposta de conversão da dívida em projetos ambientais, mas que o País não aceita vincular a solução da dívida ao problema ecológico.

Minhas primeiras palavras são de um profundo agradecimento do meu Governo. A todos aqueles que trabalharam com grande dedicação e patriotismo na elaboração deste programa coordenado pelo General Bayma Denys, grande brasileiro que, com grande dedicação, passou estes meses coordenando as equipes que levantaram e possibilitaram esta solenidade. Foi um prazo estreito para uma tarefa tão larga, que contou também com a colabora-

ção do Ministério do Interior, através do nosso Ministro João Alves Filho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, também do Ministério do Interior; do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e de outros órgãos da administração pública.

Como todos testemunharam, acabo de assinar atos de importância capital para o aprimoramento e fortalecimento da política ambiental brasileira.

Assinei anteprojetos que definem uma nova política nacional do meio ambiente;

- criam um fundo nacional para o meio ambiente; e
- introduzem alterações no Código Florestal e Código de Mineração;
- regulamentam a produção, comercialização, importação e exportação de agrotóxicos.

Assinei decretos que criam florestas nacionais no Amapá, em Tefé, no Espírito Santo, em Minas; que implantam o Conselho Nacional de Proteção à Fauna; suspendem incentivos fiscais. E acabo de endereçar memorandos a Ministros de Estado determinando o desenvolvimento de ações, realização de estudos e a implementação de projetos voltados para o meio ambiente.

É um elenco de medidas substanciais e assim reestruturamos o sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente.

Promovemos profundas alterações na legislação ambiental brasileira.

E conferimos alta prioridade à conservação do nosso patrimônio ecológico.

A agilização do Plano Nacional da Reforma Agrária e a intensificação da ocupação econômica da Região Centro-Oeste são providências complementares essenciais para o êxito da política de proteção ambiental, que agora nós adotamos.

Há seis meses, lançamos o Programa Nossa Natureza, afirmando enfaticamente a minha preocupação com a questão do meio ambiente. Questão que há muitos anos é objeto das minhas preocupações.

Fui talvez a primeira voz no Congresso Nacional, em 1972, quando realizou-se a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, a levantar a gravidade do problema e alertar o Brasil para que nós não cometêssemos o erro que cometeram as nações mais velhas do que nós.

Meu Governo tem adotado atitudes inovadoras, demonstrando uma forte determinação na implantação de uma política nacional de conservação do meio ambiente.

Basta ver os números, por exemplo, da criação das reservas florestais, das reservas indígenas, que são três vezes maiores do que todas aquelas criadas ao longo da História do Brasil.

Medidas de urgência, naquela época, há seis meses, foram implementadas com a suspensão da concessão de incentivos, com a suspensão da exportação de madeiras em toras, com a obrigação do licenciamento das atividades de extração de ouro, com a eliminação do problema do mercúrio.

Criei o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e acabamos de lançar, em convênio com a FAO, um grande projeto de zoneamento econômico-ecológico dos quinhentos milhões de hectares da Amazônia legal, que será implantado em cinco anos, a custo estimado de cem milhões de dólares. Este projeto estabelecerá critérios para a localização racional de atividades econômicas e sociais na Região e criará as bases técnicas e institucionais necessárias ao monitoramento ambiental dessas atividades.

O Projeto Nacional do Meio Ambiente dará, aos órgãos governamentais, os instrumentos necessários para o efetivo exercício da política ambiental.

Para este fim fortaleceremos os Sistemas dos órgãos do Meio Ambiente; implantaremos um Sistema de Unidades de Conservação de Ciência e Tecnologia na área ambiental; desenvolveremos projetos especiais voltados para o Pantanal Mato-Grossense, a Floresta Atlântica, o litoral e para a proteção do meio ambiente em núcleos históricos.

Recursos da ordem de 18 milhões de dólares serão alocados para a execução do «Projeto Pantanal», destinado a preservar a área brasileira da Bacia do Alto Paraguai.

Promoveremos, também, o direcionamento de recursos no montante de 26 milhões de dólares para a preservação dos remanescentes da Floresta Atlântica e a recuperação das suas áreas degradadas.

Estamos desenvolvendo uma política de implantação de Unidades de Conservação que hoje já atinge área de quase 16 milhões de hectares do território nacional, compreendendo Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas. Essas áreas reservadas correspondem, aproximadamente, à sexta parte da terra agricultável do País, e os gastos com sua operação e manutenção excedem a cinco milhões de dólares anuais.

A proteção e a defesa da terra indígena têm sido preocupação constante do Governo.

Devo repetir: foram demarcadas, nos quatro últimos anos, 148 áreas indígenas, num total de mais de 31 milhões de hectares de terra, enquanto que, de 1910 a 1984, apenas 12 milhões de hectares foram demarcados.

Hoje, as áreas indígenas já correspondem a uma parte substancial do território nacional.

Conforme determina a Constituição, existem mais de 40 milhões de hectares em fase de estudo para demarcação que deverão ser feitas até 1993.

Temos dado um destaque necessário ao desenvolvimento de recursos humanos de alta qualificação para fazer avançar o conhecimento sobre nossos ecossistemas naturais e sociais; estamos aptos a criar métodos alternativos de produção que reduzam, ao mínimo, o impacto ambiental da atividade econômica.

Por isso tenho destacado sempre que a responsabilidade na proteção ao meio ambiente do Brasil é, basicamente, fundamentalmente, obrigação dos brasileiros.

Nossos mais destacados centros universitários, de investigação e desenvolvimento tecnológico, têm sido mobilizados nessa direção. Em 1988, cerca de mil técnicos de

nível superior realizaram cursos de especialização, mestrado ou doutorado, tendo, como área de concentração, os diversos aspectos da questão ambiental.

Graças a investimentos realizados em ciência e tecnologia de ponta, o Brasil, hoje, dispõe de competência equivalente a dos países desenvolvidos, em setores que garantem o nosso domínio da informação sobre a Amazônia.

O Brasil detém as técnicas de utilização de satélites de sensoriamento remoto e ambientais. Aqui, devo abrir um parêntese.

Desde 1973 nós temos um monitoramento da Amazônia através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, fotografando diariamente, acompanhando o desenvolvimento, o que se processa na área da Amazônia, pagando aos países desenvolvidos aquilo que compramos dos seus satélites. E, aqui, temos condições de decodificar essas imagens que são recolhidas pelo Brasil.

E devemos dizer, para dar a autoridade científica ao nosso conhecimento sobre a Amazônia, que há dois anos nenhuma entidade internacional compra dos nossos institutos, que são os únicos que detêm, no mundo, qualquer fotografia a respeito desta área do planeta.

Temos instituições científicas e pesquisadores de renome internacional dedicados à complexa arte de simulação dos possíveis efeitos climáticos decorrentes das modificações da cobertura vegetal amazônica.

Daqui a alguns instantes, todos os presentes terão a oportunidade de visitar uma amostra do que é esse trabalho silencioso dos nossos cientistas, que inclusive conseguiram, num prazo muito curto, realizar esta amostragem para que se tenha uma noção do que se realiza anonimamente, neste País, no monitoramento, acompanhamento, estudo dos problemas ambientais, principalmente da Amazônia.

Portanto, este é um País que não tem descuidado, nem descuidará daquilo que é o nosso dever, que é preservar a nossa natureza.

O papel da floresta Amazônica, e o efeito da atividade humana nesta região que sofre a composição química da

atmosfera, vêm sendo objeto de estudos intensivos com o uso da mais avançada tecnologia disponível. Esse esforço inclui importantes campanhas de observação *in loco* e intensa atividade de pesquisa, veiculada, inclusive, através de círculos científicos internacionais, como o Programa Internacional da Geosfera e Biosfera, do Conselho Internacional e de Uniões Científicas.

Com base em dados citados em relatórios de instituições oficiais, a imprensa internacional vem, em tom alarmista, denunciando o desmatamento grande da floresta amazônica.

Determinei então que fosse feita uma análise exaustiva de satélites disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O cálculo obtido aponta para um desmatamento, desde a descoberta do Brasil, de cerca de 5% de toda a área que constitui a Amazônia Legal, até o ano de 1988. Aí, nesses 5%, estão incluídas as regiões de cerrados e os campos naturais. Ao meu período de Governo corresponde uma taxa ínfima.

O Brasil mostra, hoje, através deste Programa, que não deseja que o problema ecológico seja apenas um jogo de palavras. O conjunto de ações que estamos, hoje, colocando em movimento, demonstra esta vontade política, apesar dos recursos limitados, a falta de apoio, e cercados por uma campanha repleta de inverdades científicas, desinformando o mundo sobre o que realmente acontece em nosso território.

O Brasil resistiu à exploração colonial, à exploração da dívida externa e de suas riquezas minerais e a todas as agressões que visam tolher o seu caminho para ocupar um lugar de direito e voz no concerto mundial. Fomos sempre um País em busca da construção democrática. Em exercício permanente, procurando a verdade de que o progresso e a riqueza passam pelo Governo do povo, para o povo e pelo povo.

Infelizmente, é o mundo democrático que nos acusa de que os valores de liberdade que professamos são insuficientes para conservar o nosso território e preservar a nossa natureza. Não é o meu Governo que está sob julgamento,

é o processo de construção da nossa nacionalidade. Daí a nossa justificada reação, que não é a do Presidente, mas a de todos os brasileiros. E o Presidente tem o dever de ser o primeiro defensor dos interesses nacionais. Acusam o nosso País daquilo que nós não podemos aceitar: um País que seja capaz de liquidar o seu próprio território.

A comunidade internacional coloca-nos no banco dos acusados e, quem lá se senta é, sem dúvida, a nossa obstinação de sermos livres. Porque, o que nos recomendam, é sermos escravos. Aceitar que as grandes potências, ou organismos internacionais e supranacionais, nos venham ditar como proceder para defender aquilo que é nosso dever defender. Outros mais afoitos juntam, a estas acusações, as causas de nosso regime da livre iniciativa, isto é, também os valores democráticos.

Estamos na transição democrática. Nunca no País existiu tanta liberdade. Pois bem, nos anos de obscurantismo, a comunidade internacional silenciou sobre este problema. Agora, em meio a tantos outros que nos cercam, agregam mais este. É o Brasil o grande responsável pela poluição ambiental.

Ora, esta campanha injusta, ela é infamante e ela é cruel.

O Brasil é parte da América Latina. Até agora vivíamos de costas para o nosso Continente. Tudo que era nosso estava voltado para o Norte. Aqui, na nossa área da América Latina, éramos irmãos pela retórica, mas vizinhos distantes pela realidade.

O meu Governo determinou acabar com esta situação, porque a América Latina, sem o Brasil, certamente ficará incompleta. Desejamos e necessitamos crescer juntos. Esta é a nossa política. Com sucesso, passamos a uma nova etapa. Mas devemos reconhecer que a Amazônia insulou o Brasil da América Latina, em relação aos seus vizinhos amazônicos. Precisamos, para integrar-nos com todo o Continente, estabelecer relações, ligações físicas com o Peru, a Bolívia, a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Equador, e abrir as portas para a nossa completa integração com a América do Sul, a América Central e o Caribe.

Isto não significa jamais destruir a Amazônia. Porque nós seríamos os primeiros a não aceitarmos fazê-lo. Queremos preservar, para não perder; conservar, para mantermos a riqueza da maior floresta úmida do mundo, onde o princípio da criação ainda pode ser visto pelo olho do homem. Onde as águas ainda estão se separando da terra.

Ninguém mais do que nós tem consciência de que o problema ecológico não é inseparável do desenvolvimento. Não desejamos crescer a qualquer custo. Queremos crescer assumindo responsabilidades.

Reconhecemos que, ao longo da História, não tivemos uma política integrada, com vistas à proteção da natureza, o que criou muitas distorções e muitas críticas válidas que são feitas por nós mesmos.

É preciso desenvolver de forma racional, utilizando as conquistas científicas e a vontade política da consciência dos problemas ecológicos.

Sabemos que o homem é apenas o condutor deste planeta que, no universo, cumpre o seu destino de girar com a aventura do homem na face da Terra.

Nós, em desenvolvimento, subdesenvolvidos, pobres, não temos força para destruir a Terra. Nem jamais o faríamos. Essa trágica e infernal decisão existe, infelizmente, mas está nas mãos daqueles que detêm arsenais atômicos fantásticos de destruição, que põem o ozônio nas camadas inferiores da atmosfera e diminuem o ozônio das camadas superiores, criando os buracos que facilitam a penetração dos raios ultravioletas. Aqueles que, através de milhões de toneladas de detritos industriais, possibilitam o aquecimento da atmosfera. Saiba o mundo que discutimos este problema com espírito racional, realista e responsável. Estamos dispostos a evitar que a Amazônia venha a agravar, por sua degradação, o ambiente do Planeta. Estamos dispostos a evitar que isto aconteça, a discutir e encontrar soluções, respeitando a nossa autodeterminação, o nosso direito de gerir o nosso território e de tomar decisões.

O que não podemos é aceitar essa posição de réu sem crime, e de utilização da ecologia para evitar a integração

da América Latina, sob a alegação de que, através dela, nós iremos destruir a natureza.

A Amazônia é nossa. Nós é que a conhecemos melhor. Afinal ela está situada em nosso território.

Há 15 anos, diariamente, como eu disse, pagamos aos países desenvolvidos para saber o que ocorre na Amazônia, através dos satélites.

Portanto, qualquer informação divulgada, hoje, no mundo, sobre o assunto, é falsa, pois somente nós temos condições de gravar, dia-a-dia, o que ali acontece. Estes dados os colocamos à disposição do mundo inteiro com seriedade, com critério, para que sejam analisados e criticados, com os nossos cientistas, numa abertura que em nenhum país do mundo se faz.

O Programa Nossa Natureza é inédito no mundo. Não tem similar. Estamos com ele pronto, através de ações conjugadas, amplas e gerais, reformulando legislação, procedimentos, engajando recursos materiais e humanos num mutirão fantástico para defender o grande patrimônio de nossa fauna e de nossa flora.

Aceitamos ajuda internacional, mas não podemos aceitar condicionalidades, porque estas condicionalidades não são em favor da natureza, mas contra a natureza, porque visam à exploração e não à conservação e à preservação. Porque elas exploram o homem na mais abjeta de todas as poluições, que é a poluição da pobreza.

As portas do Brasil estão abertas à cooperação para avaliar o que existe e a sinceridade dos que desejam discordar, solucionar o problema. Queremos, da mesma maneira, que o mundo desenvolvido adote providências idênticas, para evitar as chuvas ácidas, para evitar o perigo nuclear, para evitar a poluição da atmosfera, para evitar o efeito estufa, para evitar o dano da camada de ozônio e a preservação das florestas nacionais e as existentes no mundo inteiro.

Nossa Natureza, portanto, é mais do que um Programa, é nosso patrimônio, é nossa vida.

O mundo inteiro, se quiser nos ajudar a preservar a Amazônia, nos ajude a reflorestar a área danificada, não

nos cobre pela ajuda científica. Transfira-nos tecnologia sem custos. Não queira transformar a ecologia em negócio, quer através da dívida, quer através da comercialização de processos de conversão. Ajude-nos a combater queimadas com aviões, com equipamentos, com produtos. Ajude-nos a reflorestar com recursos materiais, científicos e humanos. Juntem as pedras que nos atiram para construir o caminho da cooperação e da sinceridade.

A Amazônia não pode ser mídia para alguns enriquecerem, nem fascinação para suscitar revoltas ou promoções. A Amazônia, como eu disse, é o princípio do mundo. As águas ainda estão no primeiro dia da separação da Terra. Mas é através dela, com ela, dentro dela, que o Brasil se integra à América Latina para rompermos o ciclo da exploração colonial, do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria.

Aqui está o nosso Programa. Aqui está a nossa alma. Aqui está a nossa natureza.

O caminho que oferecemos ao mundo não é o da coerção, da imposição, mas o da cooperação. É este o caminho que aproxima as nações. É este o caminho que devemos seguir na política internacional, sempre. Cooperar, cooperar sempre.

Quem desejar ajudar sinceramente a resolver o problema, estenda a mão e não atire a pedra. Porque aqui nos encontrarão, se assim o fizerem, brasileiros de todas as tendências, de todas as convicções, numa só posição: jamais aceitaremos tutelas! Somos responsáveis, assumimos essa responsabilidade pela defesa do nosso território, em todos os seus aspectos, para dizermos com orgulho que somos livres.

O Brasil é nosso, a Amazônia é nossa, a natureza nossa é nossa natureza. O dever de preservá-la é dos brasileiros.

Como afirmou Juscelino Kubitschek, que na linha dos Presidentes brasileiros todos têm o dever de defender o nosso território. Disse Juscelino: «A Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro

em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de Governo que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de Governo: é na verdade um problema da consciência da nacionalidade.»

O que está ocorrendo, hoje, no mundo inteiro, é uma campanha a que nós temos que resistir e pedir que ela seja colocada em termos racionais. Não se pode fazer isto contra um país. Não é contra o meu Governo, que afinal nada mais tem feito neste terreno, senão o de ser o primeiro governo em nossa história que colocou a ecologia no primeiro plano de suas preocupações e ações, que mais criou parques nacionais, que mais preservou o nosso território.

Mas é preciso que haja uma unidade nacional para repelir isso que podemos qualificar como uma calúnia contra a nossa pátria.

Nossos produtos, nossas pessoas, nossas instituições estão sendo submetidas a uma campanha torpe. Quais os interesses que estão por trás de tanta injustiça? Se não reagirmos, se não estivermos unidos, várias gerações vão sofrer a mácula dessa imagem negativa. E o pior: os países democráticos têm sido os nossos maiores censores. As novas gerações vão acreditar que os valores democráticos não são válidos e, sem dúvida, irão em busca de sistemas e formas de governo mais generosos e que não permitam fazer aquilo de que nos acusam, que não é verdade, mas que não temos força de mostrar a verdade, porque estamos esmagados pela força e pela prepotência dos ricos. A Nossa Natureza está lançada. É nossa!